

## Entre o corpo e a farda: produção de subjetividade de mulheres policiais militares

Between the body and the uniform: production of subjectivity by female military police officers

**Daniela Cecilia Grisoski**

Mestra em Psicologia

Universidade Estadual de Londrina

grisoskidaniela@gmail.com

**Recebido em:** 07/10/2020

**Aceito em:** 05/01/2021

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo desenvolver problematizações sobre a produção subjetiva de mulheres na instituição Polícia Militar do Paraná (PMPR). Partiremos da análise de seis entrevistas de policiais atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (BPM) realizadas entre os anos de 2018 e 2019. Suas narrativas foram analisadas a partir da compreensão de enunciados, de acordo com conceitos teóricos elaborados por Michel Foucault (dispositivo, disciplina e subjetividade), bem como utilizamos a noção de performatividade proposta por Judith Butler. Compreendemos que os corpos de policiais militares podem ser produzidos através do dispositivo farda, metaforicamente falando, o qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Tomando como referência os corpos femininos na Polícia Militar, ressaltaremos que ainda há um binarismo de gênero que perpassa essa instituição.

**Palavras-chave:** Mulheres policiais; Subjetividade; Gênero.

**Abstract:** This article aims to develop questions about the subjective production of women at the Military Police of Paraná (PMPR). We will start from the analysis of six interviews with police officers operating in a Battalion of the Military Police of Paraná (BPM) carried out between the years 2018 and 2019. Their narratives were analyzed from the understanding of statements, according to theoretical concepts developed by Michel Foucault (device, discipline and subjectivity), as well as using the notion of performativity proposed by Judith Butler. We understand that military police bodies can be produced through the uniform device, metaphorically speaking, which involves issues such as discipline and hierarchy. Taking as a reference the female bodies in the Military Police, we will emphasize that there is still a gender binarism that permeates this institution.

**Keywords:** Police women; Subjectivity; Genre

## Introdução

O presente artigo configura-se como um recorte da análise de dados de uma dissertação de mestrado produzida entre os anos de 2018 a 2020, a partir de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) de uma universidade paranaense. A referida dissertação teve como objetivo principal compreender a produção de subjetividade de mulheres policiais militares atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (PMPR), considerando suas experiências laborais.

A Polícia Militar do Estado do Paraná compreende-se enquanto uma instituição historicamente masculina. Sua criação se deu no ano de 1854, e as corporações eram formadas unicamente por homens, sendo que a entrada de mulheres se deu mais de 100 depois, especificamente no ano de 1975 (GRISOSKI, 2019). Pensando na inserção feminina em instituições militares brasileiras, Moreira (2016) ressalta que a entrada de mulheres neste campo foi fruto de anos de debates e reivindicações, principalmente por parte de mulheres da elite paulista, as quais faziam parte do movimento sufragista brasileiro.

O primeiro estado brasileiro a conter uma corporação formada por mulheres foi São Paulo, no ano de 1955, instituindo-se a então Polícia Militar Feminina. Esta nova forma de policiamento foi criada com o intuito de “maternalização da sociedade”, ou seja, visava-se uma corporação para o cumprimento de funções consideradas socialmente menos masculinas, como ações preventivas, e o policiamento ostensivo para com mulheres, crianças e idosos. Desta forma, como as mulheres da época eram tidas enquanto mais frágeis e mais cuidadosas, ficavam responsáveis pelo desempenho dessas atividades vistas como menos viris (MOREIRA, 2017)

Partindo desta mesma lógica, o Paraná, segundo estado brasileiro a adotar o policiamento feminino, através da aprovação do Decreto de Lei nº 3238, em abril de 1977, instituiu sua primeira corporação formada por mulheres. Na Polícia Militar Feminina do Paraná, assim como em São Paulo, idealizava-se uma noção de mulheres enquanto menos viris, sendo responsáveis por este formato de trabalho mais preventivo e menos repressivo, o que ficou conhecido como a “nova Polícia”.

Soares e Musumeci (2005) argumentam que a inserção de mulheres à Polícia Militar de distintos estados brasileiros representou o que foi chamado de “humanização” da Polícia Militar, tratando-se de um trabalho de cunho mais preventivo. As autoras afirmam que as Polícias Militares,

ao inserirem mulheres às suas lógicas de funcionamento, tinham o intuito de “[...] adotar, diante da população, uma face mais humana, moderna e profissional”, destacando-se ainda, que a inserção de mulheres nas Polícias após vários anos da constituição dessas instituições é uma característica presente em todos os estados do Brasil (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 177).

No Paraná, a divisão entre Polícia Militar, que abrangia soldados homens, e Polícia Feminina, que abrangia mulheres, permaneceu até o ano de 2000. Schactae (2015), afirma que a houve a extinção da Polícia Feminina do Paraná no ano de 2000, o que fez com que as mulheres fossem incorporadas na mesma instituição que os homens, a Polícia Militar do Paraná. A extinção, ocorreu por meio da Lei nº 12.975, sancionada pela Assembleia Legislativa do Paraná. Posteriormente, foi criada a Lei nº 14.804 de 2005, que destina os lugares para homens e mulheres na PMPR, trazendo os seguintes termos:

[...]§ 2º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino (LEI nº14.804, 2005, s/p).

Esta lei, válida até os dias de hoje, colocou, em teoria, uma igualdade de gênero na instituição, pois, a partir de sua promulgação, pode existir uma equivalência entre os gêneros na instituição, já que as mulheres poderão representar até 50% dos policiais. Vale destacar que, com o limite de 50%, jamais serão maioria (GRISOSKI, 2020). Cabe destacar que a entrada de mulheres na instituição PMPR pode ser compreendida como uma desconstrução de modelos socialmente estabelecidos, visto que esta era tida como uma organização até então unicamente masculina (GRISOSKI, 2019).

Pensando na produção da dissertação, para que esta fosse possível, a coleta de dados se deu através da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres policiais militares atuantes em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná (BPM), que ocorreram entre novembro de 2018 a maio de 2019.

A escolha do Batalhão se deu pela proximidade e facilidade de acesso da pesquisadora com a corporação, visto que o mesmo se localizava no mesmo município em que a pesquisadora residia. Entretanto, optou-se por manter sigilo em relação ao nome do Batalhão, visto que foi um pedido efetuado pelas participantes, como medida de preservação da identidade das mesmas. Ademais,

informações contendo detalhes sobre o Batalhão, como aspectos históricos, quantos profissionais atuam, quantas mulheres o compõe, se há mulheres em cargos considerados de destaque, entre outros, não puderam ser computados na pesquisa, tendo em conta que estas informações se encontravam sob responsabilidade do público interno da instituição, não sendo possível o repasse para a pesquisadora.

As participantes foram convidadas a realizar as entrevistas através da estratégia denominada amostragem Bola de Neve (*Snowball Sampling*). Vinuto (2016) compreende tal estratégia enquanto uma amostra não-probabilística, a qual se pauta na formação de cadeias de referência entre os participantes. Seu ponto de partida se dá a partir da escolha do participante denominado por semente, que diz respeito a um sujeito que apresenta as características necessárias para a unidade de análise, e que aceite a participação na pesquisa. Por conseguinte, a semente é solicitada a indicar mais contatos que apresentem as mesmas características da unidade de análise, formando, conseqüentemente, uma rede de contatos.

A estratégia Bola de Neve pode ser indicada para estudos em que os sujeitos que se desejam pesquisar “[...] estão espalhados por uma grande área” (VINUTO, 2016, p. 204), o que foi adequado para esta pesquisa, uma vez que as participantes são pertencentes a um Batalhão da Polícia Militar.

Seis mulheres participaram das entrevistas. Não havia um critério quanto ao nível hierárquico ocupado pelas participantes, o único ponto em comum deveria ser o Batalhão da PMPR em que elas atuavam. Entretanto, devido à amostragem Bola de Neve ser pautada na indicação entre os integrantes da pesquisa, as policiais acabavam indicando mulheres de seu convívio, sendo assim, todas as participantes se encontravam no mesmo nível hierárquico, qual seja, o de soldado. Apesar disso, não era o objetivo da pesquisa priorizar a participação de uma patente.

As participantes possuíam a faixa etária entre 26 e 37 anos, todas eram brancas, possuíam ensino superior completo e recebiam um salário base na faixa de R\$ 4.000, 00. Como todas eram soldados, primeira patente na escala hierárquica da Polícia Militar, não haviam atuado em posições diferentes. Neste sentido, nota-se a existência de um padrão entre as mulheres que responderam as entrevistas.

Tomando como destaque a concepção de que todas as participantes eram brancas, nos baseamos nos pressupostos teóricos de Ramalho Neto (2012), tendo em conta que o mesmo propõe

que a sociedade brasileira evidencia-se como um contexto social pós-escravocrata, assim há implicações sociais e simbólicas decorrentes desse contexto, o que acaba fazendo com que diversas profissões, principalmente aquelas consideradas enquanto formas de ascensão social, estejam pautadas em desigualdades e discriminação racial, mesmo que de uma forma intrínseca.

Historicamente, profissões ligadas ao militarismo são atreladas a uma ideia de ascensão social, o que pode fazer com que sujeitos brancos tenham mais facilidade de compor determinadas posições de destaque nestas instituições. Ramalho Neto (2012) ainda enfatiza que, em termos gerais, a Polícia Militar brasileira pode ser compreendida como um meio institucional racializado.

Esta perspectiva se tornou evidente através das observações da pesquisadora nos arredores do Batalhão. Pois, muitas vezes, foram necessárias idas até a sede do Batalhão, para a realização de entrevistas ou reuniões com o Coronel responsável pelas corporações. Durante essas idas, apenas um policial negro se encontrava naquele local, enquanto sempre havia um número relativamente alto de policiais (homens e mulheres) brancos.

Os dados coletados ao longo da pesquisa, foram explorados a partir do viés da análise de práticas discursivas, seguindo os pressupostos teóricos de Foucault, que, em sua obra “A ordem do discurso” (2014), propõe pensar discursos como práticas discursivas, as quais se constituem em meio as relações de poder e de verdade. Foucault (2013) compreende que a noção de poder atua nas relações entre sujeitos em um contexto social, estando ligado ao que foi denominado como verdade.

Compreendemos um discurso como um conjunto de enunciados que são constituídos por um suporte histórico e institucional, sendo compostos pelos saberes e formas de verdades de determinada época e contexto. Fischer (2001, p. 199) destaca que um discurso busca demonstrar “[...] a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade”, ou seja, discursos não são universais, mas sim descontínuos, formando-se nas práticas sociais.

Foucault (2013) argumenta que as práticas discursivas configuram-se como: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2013, p. 133). Tais práticas não se fazem presentes apenas nas formas de verbalizações, mas também nas condutas dos sujeitos que

acontecem em um campo social, perpassando às relações de poder e de verdade (FOUCAULT, 2014).

Pensando nas práticas discursivas como um conjunto de enunciados, frisamos que, enquanto conceito, enunciados são costumes sociais, ou seja, gestos, comportamentos, circunstâncias, entre outros, levando em consideração concepções históricas e subjetivas. Encontram-se nas transversalidades de frases, proposições ou atos de linguagem. Assim, uma formação discursiva desenvolve-se a partir de um emaranhado de enunciados (FOUCAULT, 2014).

Por sua vez, os enunciados ocasionam as chamadas enunciações, que são as formas com que os sujeitos se constituem ao vivenciar determinado enunciado. As enunciações são acontecimentos singulares para cada indivíduo.

Desta forma, a análise foi realizada a partir da identificação de enunciados e enunciações que se destacaram ao longo das entrevistas. Dividimos os enunciados em quatro categorias de análise, para que pudéssemos discorrer sobre as enunciações das mulheres policiais, compreendendo como essas mulheres se produzem subjetivamente em relação às suas trajetórias laborais. Nesta investigação em específico, objetivamos aprofundar e analisar uma das categorias de análise desenvolvida ao longo da dissertação, a qual foi intitulada “O corpo e a farda”.

Ressaltamos que esta pesquisa, torna-se relevante por ser uma ampliação da visibilidade de vivências de mulheres em um contexto laboral tido historicamente como masculino, assim a mesma foi embasada a partir de uma perspectiva teórica do campo dos estudos de gênero, qual seja a teoria proposta por Judith Butler.

### **O corpo e a farda: uma investigação enunciativa**

Nesta categoria de análise, foram realizadas problematizações sobre o enunciado de que policiais sempre devem cumprir funções destinadas à profissão, mesmo não estando fardados/as. Esse enunciado se apresentou como relevante de ser abordado ao longo da análise, pois foi uma premissa que esteve presente na fala da maioria das participantes, que se descreveram como policiais em todos os momentos de suas vidas, inclusive em suas atividades extra laborais. Partindo deste enunciado, buscamos discorrer sobre como ocorre a produção do corpo de policiais militares, e, especificamente, como se produz o corpo feminino na Polícia Militar.

Uma das entrevistadas, Adriana<sup>1</sup>, comentou sobre sua entrada na Polícia Militar. Ela falou que já havia se graduado no curso de direito, mas escolheu prestar o concurso da PMPR por causa de algumas características da instituição que lhe chamavam a atenção, que seriam: “[...] a forma de se portar, a questão dos cuidados, a própria farda, então foi isso que me chamou a atenção no militarismo” (ADRIANA, 2019).

De acordo com Foucault (2017), a subjetividade de um sujeito é construída por experiências que ocorrem nos contextos sociais aos quais ele se encontra. Dessa forma, destacamos que policiais que constroem suas vivências em um campo social voltado à disciplina, subjetivam-se através desses ideais. Notamos que a produção de um sujeito policial militar está intimamente ligada à ideia de poder disciplinar, tal qual foi elaborada por Foucault (2004). Para o autor, sujeitos são instruídos a seguirem métodos disciplinares para que estabeleçam seus modos de viver a partir do que é considerado como socialmente aceitável em um contexto. Esses métodos ocorrem até o momento em que os sujeitos não precisem mais deles, havendo uma internalização da disciplina.

A instituição Polícia Militar espelha-se em preceitos disciplinares, visto que é envolta por normas de comportamento, treinamentos, obediência à uma ordem hierárquica, entre outros. Há a fabricação de corpos de sujeitos a partir de técnicas repassadas por lógicas de funcionamento institucional, fazendo com que os sujeitos conduzam seus modos de trabalhar e viver através dessas lógicas. Sobre isso, Adriana comentou:

[...] o militarismo é muito de hierarquia, então nós enquanto soldados somos mandados o tempo todo, então acima de nós tudo vem do comando, nós não fazemos nada, como “ah, vou fazer o que eu quero”, não, é tudo abaixo de uma ordem (ADRIANA, 2019)

Compreendemos que houve a produção de subjetividade dessa mulher por meio de um movimento de internalização da disciplina. Ela se produziu como uma policial militar, reconhecendo-se como tal nas demais esferas de sua vida, não apenas no contexto de trabalho. Esse movimento pode estar ligado à sensação de pertencimento à instituição, pois assim é reconhecida pelo coletivo institucional como uma igual, além de ser reconhecida socialmente como uma policial, o que contribui para a reconstrução de seu jeito de ser e estar no mundo. Um exemplo sobre essa internalização da disciplina de Adriana está em uma de suas falas:

---

<sup>1</sup> Os nomes de todas as entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios, visando a preservação da identidade das mesmas.

[...] você tem que pensar, tem que ficar atento às pessoas à sua volta, você pode estar em um mesmo ambiente em que uma pessoa que você já prendeu, você está num shopping... eu posso ver um cara que eu já prendi aqui, e não sei qual é a intenção dele comigo, então tem que ficar muito atenta com isso.

A entrevistada disse que desenvolve funções ligadas a profissão mesmo quando não está trabalhando, produzindo uma enunciação sobre a noção de que policiais sempre devem estar cumprindo suas funções. Enfatizamos a existência de uma farda simbólica, a qual não se destitui.

Esta percepção se fez ainda mais evidente no momento em que conversávamos antes do início formal da entrevista. Como estávamos em um lugar público, a praça de alimentação de um *shopping*, por escolha dela, a entrevistada me pediu para sentar de frente às pessoas que passavam pelo local, para que, segundo ela, ficasse “de olho em tudo”, exercendo uma vigilância constante sob as pessoas enquanto estávamos naquele local. Cabe ressaltar que a participante não estava de serviço na ocasião da entrevista. Essa vigilância constante pode estar ligada à apropriação de uma farda simbólica, sendo um efeito da produção de subjetividade a partir das experiências na Polícia Militar.

Os corpos de policiais militares podem ser produzidos através do dispositivo farda, metaforicamente falando, o qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Para Foucault (2008), um dispositivo consiste em uma rede que se estabelece entre os elementos que formam um conjunto, como, por exemplo, discursos, instituições e organizações arquitetônicas. Os dispositivos são produzidos por um universo essencialmente estratégico e dominante

Candiotto (2012, p. 21), salienta que: “[...] o indivíduo interioriza as coerções incorporais do poder: ele se torna o princípio de sua própria objetivação”. As formas de poder, além de serem expressas no corpo propriamente dito dos sujeitos, também abarcam suas vidas de forma mais ampla. Quando nos atemos aos discursos trazidos pelas policiais, compreendemos que essas mulheres interiorizaram suas funções enquanto policiais, reconhecendo-se a partir destas funções.

A partir de Butler (2019), podemos relacionar o conceito de performatividade à farda simbólica da Polícia Militar. Para a autora, corpos são produzidos culturalmente, a partir da repercussão constante de determinado discurso dominante presente nas práticas cotidianas, através de ações repetidas, as quais foram chamadas por ela de performatividade. Neste sentido, a internalização da farda pode ser vista como uma performance, haja vista que há um discurso

dominante que dispõe sobre uma forma de policiamento ideal a ser seguida. Assim, mulheres se produzem como policiais, e se performam como tais.

É possível, portanto, articulamos o conceito de performatividade ao poder disciplinar descrito por Foucault (2004), levando em consideração que o poder disciplinar atua diretamente na vida dos sujeitos, ensinando-os a seguir as normas de um campo social, nesse caso, disposto sobre a atuação na Polícia Militar. Assim, performatividade e disciplinamento compõem a produção subjetiva relacionada aos modos de viver no contexto da Polícia Militar, como uma das entrevistadas, Tatiane, afirmou: “[...] apesar de a gente ter as companhias e coisa assim, policial não tem rotina [...] porque é uma incógnita [a rotina]. E nós somos policiais 24h por dia, não só quando eu estou fardada”. Já Ana, ao falar sobre suas experiências positivas no trabalho, destacou:

O conhecimento que a gente adquire, eu acredito que seja isso, as experiências, porque mesmo depois que se aposenta, é como se você continuasse sendo policial, você não deixa de ser policial. Você aposentado eu acredito que seja diferente, mas você ainda vai realizar quase as mesmas coisas, aquele dever de segurança, aquela vontade de inibir a criminalidade, vai continuar em você (ANA, 2018).

Sua fala deixa antever uma possível articulação entre a internalização do poder disciplinar e a produção de subjetividade, neste caso, descrito pela participante como um “dever de segurança”.

Pensando na produção do corpo de mulheres a partir da internalização da farda, Magali comentou que durante sua formação na escola de soldados:

[...] sempre era abordado esse assunto [machismo], ‘ah, porque vocês vão ver que lá na rua vocês vão ter um pouco de preconceito’, porque infelizmente a nossa sociedade é machista e tal, então tem que saber lidar com a situação, ‘vamos fazer assim, assim, assado’ (MAGALI, 2018).

Os pontos comentados pela participante pareceram expressar preocupações. Para ela, mulheres nesta instituição precisam desenvolver estratégias específicas para que possam exercer suas funções na profissão como, por exemplo, não usar o fardamento apertado, para não ter o corpo exposto. Segundo Magali: “a gente tinha uma tenente mulher que auxiliava, que falava bastante sobre vestimenta, sobre o fardamento num tamanho não muito apertado, até mesmo pela questão da sexualidade, não ficar muito exposto”. A policial comentou sobre a existência de uma tenente mulher enquanto frequentava a escola da soldados, entretanto não especificou quantas mulheres fizeram parte de sua formação.

Outro aspecto, como pedir auxílio para demais policiais caso não consigam ter o controle de determinada situação, foi comentado por Carolina. Segundo ela: “Existem técnicas que são repassadas durante a escola para a gente, que caso a gente não consiga, se ver que a situação é muito maior do que a gente espera, a gente pode pedir apoio de outros policiais”.

De acordo com o relato das mulheres entrevistadas, essas técnicas citadas se tratavam de táticas repassadas de uma maneira informal, não sendo um protocolo da instituição, e sim dicas que ocorriam durante suas formações. Todavia, como as entrevistas ocorreram apenas com mulheres, não se sabe se essas táticas informais também eram repassadas aos alunos soldados homens.

Relacionamos a associação que Magali fez sobre machismo e as técnicas repassadas às policiais mulheres, como uma premissa de que as mulheres da Polícia Militar podem ser vistas, ocasionalmente, como menos capazes de desenvolver ações em serviço do que policiais homens, devido a uma concepção social que coloca mulheres como desprovidas de força física.

As estratégias disciplinares, que provêm a construção de sujeitos em policiais militares, se apresentam como um processo não linear, sendo descontínuo, que está constante modificação, não permanecendo sempre envolvido com às mesmas estratégias. Também há o movimento contrário. Não apenas os sujeitos se modificam a partir das estratégias disciplinares dispostas nas instituições, mas as instituições também se modificam através da permanência e atuação dos indivíduos nelas. Um exemplo dessas modificações são as estratégias desenvolvidas para as ações de mulheres policiais acima citadas.

Houve a constituição de um discurso, por parte da própria instituição, a partir da Lei nº 12.975/2000, que discursivamente estabelecia a quebra do binarismo de gênero na PMPR, com a extinção da divisão da Polícia entre feminina e masculina. Entretanto, não houve o rompimento completo dos estereótipos de gênero na instituição, como discorreu Tatiane:

[...] a gente sente, é um meio, igual eu te disse, um meio masculino. Então acham que as mulheres não vão desempenhar bem um papel, mas a gente sente, a gente vê, a gente percebe, às vezes fica subentendido. Às vezes não é explícito, não é um preconceito explícito. Mas, em algumas atitudes, a gente percebe que acham que nós não somos capazes (TATIANE, 2019).

Compreendemos que ainda se faz presente, de forma implícita, a ideia de que as instituições militares são parte de um meio constituído com características sociais e historicamente vinculadas ao

masculino. Características associadas aos gêneros são reguladas pelo meio social, podendo tornar-se cristalizadas. Entretanto, tal como apontou Butler (2019, p.69): “Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais retificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais”. Entendemos que na PMPR, há prevalência de características sociais e historicamente relacionadas a uma masculinidade predominante que são insistente e insidiosamente reforçadas.

Há, intrinsecamente, uma divisão socialmente constituída que condiz com uma ideia do corpo de um policial como viril, eficaz, robusto, portanto, masculino; e o corpo feminino como delicado, frágil, desprovido de força física.

A construção do corpo de uma policial militar é voltada ao poder disciplinar, visto que este corpo é treinado para obedecer a ordens e hierarquias, ou seja, é docilizado. Há uma manipulação da vida e preparação para um certo modo de conduta. Tomando como referência a condição de ser mulher e ser policial, Tatiane disse:

[...] como todas as profissões, tem coisas que são injustas. Mas, é muito bonita [a profissão], e acho que a maior coisa injusta é a questão do preconceito, por ser uma instituição masculina, mas é isso [...] Então, pelo que a gente vê, tem esse preconceito contra a mulher na instituição, tem em todas as profissões, e como o militarismo é uma instituição que era masculina, agora já não é, porque a mulherada está vindo com tudo, está vindo com força. E a negatividade é isso, é saber que ainda têm gente que pensa que a mulher não é capaz (TATIANE, 2019).

A produção subjetiva das mulheres entrevistadas é perpassada pelas lógicas de uma sociedade que é atravessada por esse binarismo de gênero marcado por categorias socialmente tidas como femininas ou masculinas. Assim como Tatiane, Magali apontou a questão do preconceito contra mulheres policiais como um ponto que lhe preocupa:

[...] dependendo das situações que você for atender [...] chegou uma mulher, às vezes a pessoa não respeita tanto, sabe? Acha que a mulher não vai saber se sobressair em determinada situação, ou fazer a coisa certa ali. E o parceiro masculino... sente preconceito pela falta de força, talvez. ‘Ah, vou trabalhar com uma mulher, será que ela vai saber reagir no momento certo? Ou será que ela vai ter força se precisar algemar uma pessoa?’ (MAGALI, 2018).

Na narrativa da entrevistada, percebemos o atravessamento de um binarismo de gênero que atrela a instituição desde o período da entrada de oficiais mulheres, tendo em conta que as mulheres

eram designadas a desenvolver tarefas vistas como menos viris, por serem consideradas como desprovidas de força física.

Narvaz e Koller (2006) compreendem que experiências voltadas ao masculino possuem privilégios sociais construídos ao longo da história. Até meados do século XX, mulheres eram associadas, primordialmente, às funções ligadas apenas ao cuidado com o outro e à manutenção da vida privada. No entanto, ressaltamos que este binarismo de gênero não é um aspecto isolado da Polícia Militar, mas pode ocorrer em distintas instituições.

### **Considerações finais**

Pensando nas análises desenvolvidas, consideramos que as lógicas que perpassam os modos de funcionamento da instituição Polícia Militar do Paraná são voltadas, principalmente, a uma ideia de disciplina. Em outras palavras, os sujeitos são treinados a partir de estratégias que condizem à uma noção de obediência, boa conduta, eficácia, hierarquia e vigilância constante, para que vivam de acordo com as normas institucionalmente estabelecidas nesse local.

Há uma ambivalência na imagem da Polícia Militar produzida pelas mulheres que participaram da pesquisa, visto que, ao mesmo tempo em que relataram uma sobrecarga advinda do contexto laboral, também consideravam a profissão como gratificante. Esta ambivalência ilustra a não linearidade no funcionamento de uma instituição disciplinar.

Cabe ressaltar que a imagem da Polícia Militar a qual nos foi relatada, tem um caráter específico, pois foi produzida por sujeitos de dentro da instituição através da interlocução com uma acadêmica pesquisadora.

Com isso, destacamos algumas problematizações em relação aos resultados que obtivemos a partir da realização das entrevistas: as falas das mulheres policiais seriam diferentes caso as mesmas estivessem ocupando cargos considerados de destaque dentro do Batalhão? Seriam diferentes caso ocorressem alternâncias nas faixas salariais, nível de instrução, classes sociais, raças e na localização do Batalhão? Quais seriam as implicações na produção de subjetividade dessas mulheres caso as mesmas fossem comandadas por uma oficial também mulher?

Sobre este último ponto, é importante salientar que no ano de 2018, o Comando Geral da Polícia Militar do estado do Paraná foi assumido, pela primeira vez em 164 anos de história, por uma

oficial mulher. O processo para um indivíduo assumir o Comando Geral da Polícia Militar de um estado se dá através da indicação do chefe executivo do mesmo (PROJETO DE LEI nº 4.934, 2016). Todavia, no início do ano de 2019, o cargo de Comandante Geral foi repassado, novamente, para um oficial homem.

Atendendo às perspectivas que ressaltamos na análise e relacionando-as à produção de subjetividades, concordamos com Foucault (2004, p. 117) quando diz que “[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica”. Os corpos de policiais militares podem ser produzidos através da internalização da farda, a qual envolve questões como disciplina e hierarquia. Tomando como referência os corpos femininos na Polícia Militar, ressaltamos que ainda há um binarismo de gênero que perpassa essa instituição.

### Referências bibliográficas

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, n. 24, p. 18-24, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/04.pdf>. Acesso em 21/set./2020.

DECRETO ESTADUAL n. 3238 de 20 de abril de 1977. **O governador do estado do paraná, no uso das atribui es que lhe são conferidas pelo Art. 47, item II, da Constitui o Estadual e o que dispõe o artigo 57 da Lei n  6.774, de 08 de janeiro de 1976**. Governo do Paraná, PR, 1977. Acesso em 25/nov./2020. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/03c8822a9a6b69bb03256d3c006690af/44aef7f5540d10eb03256abc006ad968?OpenDocument>.

GRISOSKI, D. C. “Nova Polícia” e o processo instituinte: concep es acerca da inser o de mulheres no policiamento paraense. **Psicologia e Saúde em Debate**, n. 5, v. 1, p. 132-143. Disponível em: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N1A11>. Acesso em 14/nov./2020.

GRISOSKI, D.C. (2020). **Mulheres policiais: produ o de subjetividade em um Batalhão da Polícia Militar do Paraná**. Disserta o (Mestrado em Psicologia) – Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2020.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educa o. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 1997-223, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em 20/set./2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Coll ge de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Edições Loyola: São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

LEI nº 12.975, de 17 de novembro 2000. **Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78,** 2000. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559>. Acesso em 25/nov./2020.

LEI nº 14.804, de 20 de julho de 2005. **Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000,** 2005. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2791&codItemAto=18974>. Acesso em 25/nov./2020.

MOREIRA, R. **Entre o mito e modernidade:** a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2016.

MOREIRA, R. **Sobre mulheres e Polícias:** Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964). Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2017.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n.3, p. 647-654. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acesso em 19/set./2020.

PARANÁ, **Lei nº 12.975, de 17 de novembro 2000.** Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78. Curitiba: Secretária de Segurança Pública Estadual, 2000. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559>. Acesso em 21/set./2020.

PROJETO DE LEI nº 4.934, de 07 de abril de 2016. **Estabelece novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal,** 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081633>. Acesso em 23/nov./2020.

RAMALHO NETO, J. P. Farda & “cor”: um estudo racial nas patentes da Polícia Militar da Bahia. **Afro-Ásia**, n. 45, p. 67-94, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0002-05912012000100003>. Acesso em 23/nov/2020.

SCHACTAE, A. M. **A ordem e a margem:** comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). *Revista Tempo*. n. 21, v. 37, p. 01-21, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704tem-21-37-00001.pdf>. Acesso em 24/nov./2020.

SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v.22, n.44, p. 203-220, 2016. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/index/login?source=%2Fojs%2Findex.php%2Ftematicas%2Farticle%2Fview%2F2144m.br>. Acesso em 19/set./2020.